

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 08320.006269/2022-11

2. Introdução

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo atender ao disposto na IN 40/2020-MPDG, "*dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital. Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se ETP o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza determinada necessidade, descreve as análises realizadas em termos de requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, dando base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico, caso se conclua pela viabilidade da contratação*", de forma a viabilizar a contratação necessária de obras de engenharia para **retomada da construção da nova sede do Grupo Especial de Investigações Sensíveis – GISE/MT**, em terreno localizado na Av. Getúlio Vargas, nº 1425, no município de Cuiabá/MT.

A demanda foi formalizada através do **Documento de Formalização de Demanda GTED/SELOG/SR/PF/MT 25282360**, sendo anexadas ao presente processo para cumprimento dos requisitos da IN 40/2020-MPDG, sendo a presente análise pautada pelas diretrizes traçadas pela referida IN.

Esta análise será pautada pelas normas vigentes e diretrizes traçadas pela:

- Instrução Normativa nº 05/2017-MPDG;
- Instrução Normativa nº 40/2020-MPDG;
- Principais normativos aplicados à contratação;
- Normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- Códigos tributários dos municípios onde serão realizados os serviços;
- Lei nº 8.666/1993 e suas alterações;
- Leis e normas de Engenharia e Arquitetura;
- Instrução Normativa nº 37, de 29 de junho de 2004, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- Instrução Normativa Nº 2, de 04 de junho de 2014, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os serviços referenciados nesse estudo preliminar, dadas as suas características, configura-se como **OBRA DE ENGENHARIA**, conforme definido no inciso I do Art. 6º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e inciso XII do Art. 6º da Lei 14.133, de 1 de abril de 2021, visto que trata-se de atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel. De modo a se evitar subjetividade no entendimento, pode-se adotar as considerações exaradas na Orientação Técnica OT – IBR 002/2009 do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, que apresenta didático fluxograma para enquadramento de uma obra ou serviço de engenharia, no qual a situação do objeto está grifado em amarelo, transcrevo trecho desta Orientação Técnica:

"3. DEFINIÇÃO DE OBRA

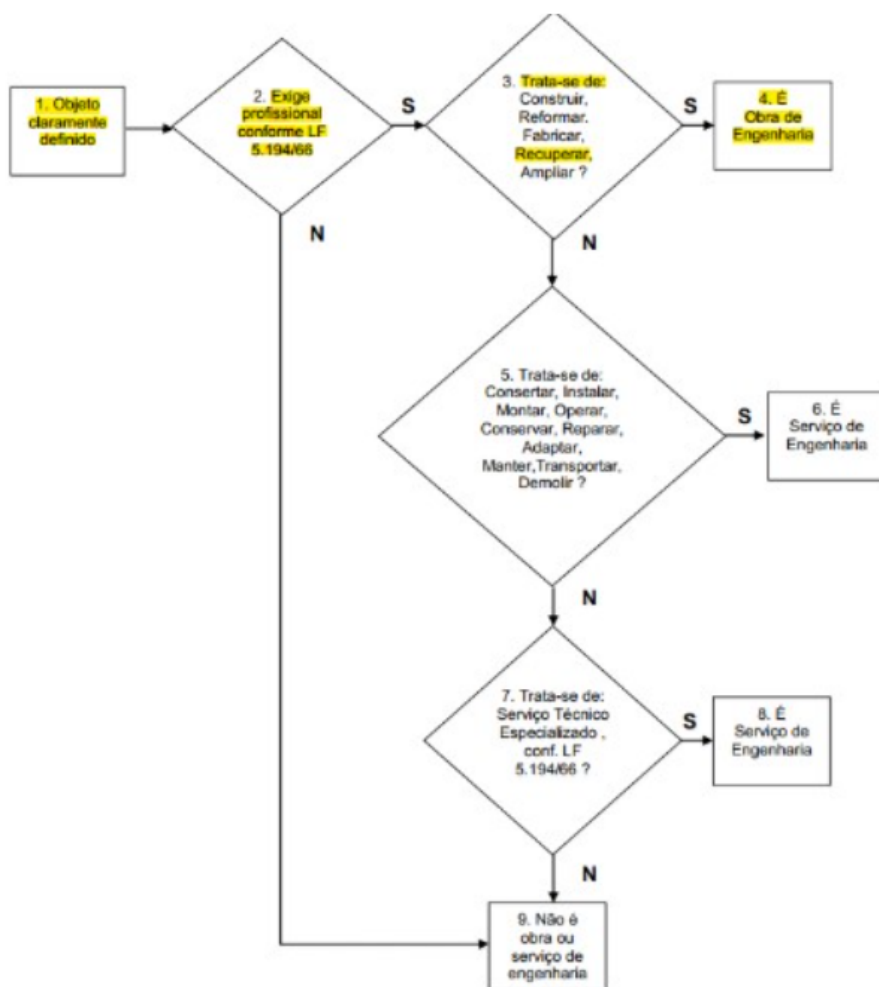
Obra de engenharia é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66. Para efeito desta Orientação Técnica, conceitua-se:

(...)

3.2 - Construir: consiste no ato de executar ou edificar uma obra nova.

(...)

3.5 - Reformar: consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual."



3. Descrição da necessidade

A necessidade da contratação da retomada da obra do GISE-MT foi previamente justificada no item 1 do Documento de Formalização da Demanda nº 25282360-GETED/SELOG/SR/PF/MT (25282360), conforme exposto a seguir:

"A obra de construção do **Grupo Especial de Investigações Sensíveis - GISE/MT** encontra-se paralisada desde junho de 2020, em razão do **Termo de Rescisão Contratual Consensual** (15507430) assinado entre a SR/PF/MT e a Construtora HABITANORTE LTDA-EPP. A rescisão ocorreu em razão da impossibilidade de se concluir a obra com os projetos até então existentes, já que estes se encontravam defasados com relação às normas técnicas vigentes. Vale ressaltar que embora a Administração tenha se empenhado em sanar as incorreções presentes nos projetos, promovendo adequações no projeto estrutural, hidrossanitário, dentre outros, verificou-se que projeto elétrico dependia de aditivo em planilha, em quantidade superior ao aceitável e recomendável pelos Órgãos de Controle. Diante da rescisão e paralisação da obra, fez-se necessário a contratação de empresa especializada para elaboração de novos projetos executivos, com detalhamentos suficientes e compatíveis entre si, visando possibilitar a contratação de nova empresa de engenharia para retomada da obra e conclusão da edificação.

Dessa forma, através do processo SEI 08320.000661/2020-86, foi contratada a empresa **B. N. PASQUALOTTO ENGENHARIA EIRELI**, especializada em engenharia e arquitetura, para elaboração de projetos básicos e executivos, em plataforma BIM (Building Information Modeling), visando a produção dos projetos e peças técnicas necessárias para retomada da obra e conclusão da edificação da nova sede do Grupo Especial de Investigações Sensíveis – GISE/MT.

Os projetos foram entregues pela empresa contratada, restando agora a necessidade de **contratação de empresa especializada para EXECUÇÃO dos serviços discriminados nos projetos elaborados pela B. N. PASQUALOTTO ENGENHARIA EIRELI**, os quais serão melhor especificados no Estudo Técnico Preliminar e nas demais peças que farão parte deste processo."

Assim, através do processo 08320.000661/2020-86, foram contratados o projeto Executivo, a orçamentação e as demais peças técnicas necessárias para contratação da execução dos serviços necessários para conclusão da obra do GISE/MT.

A conclusão da construção da sede da Base GISE/MT é indispensável para proporcionar as condições adequadas para atuação dos policiais que atuam neste grupo de inteligência, contribuindo, assim, para o cumprimento das atribuições da Polícia Federal

Ademais, a contratação de empresa especializada em engenharia para a execução dos serviços previstos nos projetos previamente contratados, é consequência lógica do processo anterior, que possuía a mesma finalidade do atual, possibilitar a conclusão e a utilização da edificação que encontra-se inacabada. A obra está devidamente incluída no **PLANO** do corrente ano (**Código MT-2022-07**).

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GTED/SELOG/SR/PF/MT	LUIZ AUGUSTO FERREIRA DA SILVA

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para atender a necessidade da Administração, que é a retomada e conclusão da obra do GISE/MT, conforme será previsto no Projeto Básico e seus anexos, é necessário a contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura, com qualificação técnica adequada e experiência prévia na execução de obras semelhantes.

A empresa contratada deverá observar todas as normas e legislação existentes, onde podemos destacar, entre outras:

- **NBR 11706/2004:** norma técnica que define padrões para vidros na construção civil;
- **NBR 13531/1995:** trata sobre a elaboração de projetos de edificações;
- **NBR 14037/1998:** diz respeito à operação, uso e manutenção de edificações;
- **NBR 13867/1997:** fala sobre o revestimento interno de paredes e tetos com pasta de gesso;
- **NBR 15965-3/2014:** define o sistema de classificação da informação da construção e processos da construção;
- **NBR 16280/2015:** apresenta regras e condições para reformas em edificações;
- **NBR 16337/2014:** fornece princípios e diretrizes gerais para o gerenciamento de riscos em projetos;
- **NBR 16366/2015:** discorre sobre a qualificação e perfil de profissionais telhadistas para a construção civil;
- **NBR 5354/1977:** estipula condições para instalações elétricas prediais;
- **NBR 5626/1988:** está relacionada à hidráulica e diz respeito às instalações prediais de água fria;
- **NBR 5688/1999:** também relacionada à hidráulica, esta NBR versa sobre o sistema predial de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação;
- **NBR 6118/2014:** refere-se aos projetos de estruturas de concreto;
- **NBR 6122/1996:** diz respeito ao projeto e à execução de fundações;
- **NBR 6135/1992:** relacionada à segurança, esta NBR trata de chuveiros automáticos para a extinção de incêndios;
- **NBR 7678/1983:** oferece orientações para garantir a segurança dos trabalhadores em obras;
- **NBR 8953/2015:** estabelece a classificação pela massa específica, por grupos de resistência e consistência de concreto para fins estruturais;
- **NBR 9077/2001:** fornece orientações para saídas de emergência em edificações;
- **NBR 9050/2004:** aborda sobre acessibilidade à edificações, mobiliários equipamentos e espaços urbanos.

Faz-se necessário que os serviços sejam supervisionados por profissionais da Contratada devidamente habilitados nos respectivos Conselhos Profissionais e que a fiscalização técnica do contrato seja realizada por servidores com formação em engenharia civil, de modo que estes certifiquem que as especificações dos serviços e materiais sejam devidamente atendidas. Atenção especial também deve ser dada aos prazos e cronogramas previstos, tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista administrativo

O contrato deverá observar o previsto na IN n. 05/2017-MPDG/SEGES, uma vez que este é o regramento que melhor se adequa às necessidades de gerenciamento contratual dentro da Administração Pública.

É ainda requisito para a correta e célere finalização da contratação, que a gestão do contrato providencie, nos termos da IN n. 05 /2017-MPDG/SEGES, o recebimento definitivo do objeto contratual no tempo previsto na legislação vigente, cabendo à equipe de fiscalização o recebimento provisório do objeto, sem pendências.

Natureza da Contratação:

O objeto a ser contratado constitui **serviço de natureza não continuada, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra**. Trata-se de obra a ser executada por período predeterminado, que poderá ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Duração Inicial do Contrato:

O **contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogável de acordo com o art. 57, I, da Lei de Licitações. Estima-se, conforme cronograma físico-financeiro contratado, que o **prazo para execução da obra seja de 08 (oito) meses**.

Sustentabilidade:

A escolha dos materiais, máquinas e equipamentos a serem aplicados/instalados deverão considerar os requisitos mínimos, estabelecidos em norma, para sustentabilidade, no que diz respeito ao consumo energético, hídrico e legislação ambiental.

Neste contexto, de acordo com o capítulo II da SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de serviços e obras de engenharia devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

- uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
- sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
- sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e
- comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

Assim, a empresa contratada deverá valer-se ainda das seguintes normas e diretrizes:

Normas ABNT para sustentabilidade:

- ABNT ISO/TR 14062:2004;
- ABNT NBR 16001:2012;
- ABNT NBR ISO 10002:2005;
- ABNT NBR ISO 10014:2008;
- ABNT NBR ISO 14001:2015;
- ABNT NBR ISO 14040:2009 Versão Corrigida:2014;
- ABNT NBR ISO 14044:2009 Versão Corrigida:2014;
- ABNT NBR ISO 26000:2010;
- ABNT NBR ISO 31000:2009;
- ABNT NBR ISO 50001:2011;
- ABNT NBR ISO 9001:2015;
- ABNT NBR ISO 9004:2010 Versão Corrigida:2010;

Legislação Ambiental e correlatas:

- Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei nº 12.187/2009 – Política Nacional de Mudança do Clima;
- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Lei nº 12.349/2010 – Alterou o artigo 3º da Lei nº 8.666/93;
- Decreto nº 10.024/2019 – Regulamenta o pregão eletrônico;
- Decreto nº 2.783/1998 – Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio;
- Decreto nº 7.746/2012 – Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/93;
- Decreto nº 5.940/2006 – Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal;

- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração direta, autárquica e funcionária;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12/11/2012 – Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências;
- Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017 – Dispõe sobre regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 2019 - Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações;
- Portaria nº 61 – MMA, de 15/05/2008 – Estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas;
- Portaria nº 43 – MMA, de 28/01/2009 – Proíbe o uso de amianto em obras públicas e veículos de todos os órgãos vinculados à administração pública;
- Portaria nº 23, - MPOG, de 12/02/2015 – Estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços;

A empresa contratada deverá ainda, esclarecer e justificar, quando necessário, sobre:

- A possibilidade de reutilizar ou redimensionar material já existente ou proveniente do desfazimento;
- A utilização de matéria prima florestal com procedência verificada nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006;
- A utilização de agregados reciclados que compõem os materiais, máquinas ou equipamentos que vieram a ser adquiridos;
- Aos procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos em norma.

Transição Contratual:

Não se aplica ao contexto desta contratação.

Relevância dos requisitos estipulados:

A solução de serviços cuja contratação se pretende, não possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser descritos objetivamente, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, não se enquadrando, assim, na definição legal de **serviço comum** (§ 2º do art. 3º do Decreto nº 3.555/2000, parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002 e art. 14 da IN nº 05/2017-MPOG). .

O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada de engenharia ou arquitetura para a retomada da construção de uma edificação totalmente nova, se enquadrando, portanto, no conceito de obra de engenharia, conforme já exposto anteriormente . Portanto, a seleção da empresa que prestará o serviço à Polícia Federal não poderá se dar por meio de Pregão Eletrônico (PE).

A responsabilidade pela execução dos projetos será dos profissionais e empresas legalmente habilitadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) local, ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) local.

Os executores serão responsáveis pelo fiel cumprimento das normas técnicas relativas as disciplinas de cada projeto e pela assinatura da documentação pertinente (Estudos Preliminares, anteprojetos, projetos executivos completos, orçamentos, cronogramas físico-financeiros; ARTs no CREA ou dos RRTs no CAU, nos termos da Lei nº 6.496/1977 e da Lei nº 12.378 /2010), quando necessário.

A execução deverá respeitar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, e em total conformidade com as normas técnicas devidas.

A empresa contratada responderá pelos vícios e imperfeições eventualmente constatados até o prazo previsto no Código Civil.

Se houver necessidade, o responsável pelos projetos deverá providenciar as devidas aprovações/autorizações junto aos órgãos competentes, tais como: Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, concessionárias de serviços públicos (energia, telefonia, saneamento, etc.), entidades de proteção sanitária e do meio ambiente.

6. Levantamento de Mercado

Os levantamentos de mercado a serem feitos são basicamente insumos e serviços constantes na tabela SINAPI e em outras tabelas oficiais de órgãos públicos e de empresas ou de entidades acreditadas pelo meio da construção civil nacional (como a SBC). Outros insumos, materiais e equipamentos, não constantes no SINAPI, poderão ser orçados diretamente no comércio local, devido a sua heterogeneidade ou especificidade, desde que devidamente justificado.

Recomenda-se a utilização do **regime de execução por preço unitário**. Trata-se de orientação dada no TCU, Ac n. 1.977/2013-Plenário, em razão da imprecisão inerente à própria natureza do objeto contratado (Reforma de sistemas de Impermeabilização), que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos em seus itens orçamentários, em razão de fatores supervenientes ou inicialmente não totalmente conhecidos.

a) a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo licitatório, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;

*b) a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea “a”, da Lei nº 8.666/1993, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a **empreitada por preço unitário** deve ser preferida nos casos em que os objetos, **por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências**, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;*

c) nas situações em que, mesmo diante de objeto com imprecisão intrínseca de quantitativos, tal qual asseverado na letra “b” supra, se preferir a utilização da empreitada por preço global, deve ser justificada, no bojo do processo licitatório, a vantagem dessa transferência maior de riscos para o particular - e, conseqüentemente, maiores preços ofertados - em termos técnicos, econômicos ou outro objetivamente motivado, bem assim como os impactos decorrentes desses riscos na composição do orçamento da obra, em especial a taxa de BDI (Bonificação e Despesas Indiretas); (Acórdão nº 1977/2013 – Plenário).

“No regime de execução por preço unitário, em que a remuneração de cada serviço passa pela efetiva conferência de cada atividade executada, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Aliás, no ato da assinatura da avença, é pactuada a justa contraprestação remuneratória para cada serviço e estabelecido o equilíbrio do ajuste. As condições iniciais da proposta devem ser mantidas, inclusive durante a execução contratual, com equilíbrio entre os pagamentos e os encargos dela decorrentes (art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988 e art. 65 da Lei 8.666/1993)” (TCU. Acórdão nº 826/2015, Plenário. Rel. Min. Ana Arraes. DOU, 28 abr. 2015).

Nas empreitadas por preço unitário, mede-se cada unidade de serviço e os pagamentos far-se-ão mediante a multiplicação das quantidades executadas pelos seus respectivos preços unitários. O memorial de medições — peça necessária e fundamental para a regular liquidação de despesas — trará, em detalhes, a fundamentação dessas quantidades, para cada item constante do orçamento contratado

7. Descrição da solução como um todo

Consiste na contratação de pessoa jurídica de direito privado, atuante na área de engenharia ou arquitetura, para execução da obra de engenharia da nova sede do GISE/MT, em terreno localizado na Av. Getúlio Vargas, nº 1425, no município de Cuiabá/MT, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de modo a atender as necessidades do órgão em relação a espaço físico adequado para os usuários das edificações e em conformidade com as legislações vigentes

Como requisito necessário para o atendimento da necessidade, na execução dos serviços previstos na obra, a Contratada deverá dispor de materiais, mão de obra e equipamentos necessários para a correta e completa execução do objeto.

As especificações técnicas e demais informações serão o tratadas no Projeto Básico e seus anexos.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As áreas e quantitativos já foram devidamente estimadas no processo anterior, onde fora contratado a elaboração dos projetos e demais peças técnicas necessárias para execução dos serviços (SEI 08320.000661/2020-86). Dessa forma, as quantidades serão especificadas nos projetos e orçamentos que serão juntados ao presente processo. A esta nova contratação caberá apenas a execução dos serviços que já foram devidamente projetados e orçados.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.648.775,96

Estima-se, de acordo com o orçamento contratado, realizado com base nas composições da tabela SINAPI, que o valor total da obra será de **R\$ 1.648.775,96** (um milhão, seiscentos e quarenta e oito mil setecentos e setenta e cinco reais e noventa e seis centavos), já incluso o valor do BDI.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O art. 23, § 1º da Lei 8.666, dispõe que: "*As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem **técnica e economicamente viáveis**, procedendo-se à licitação com vistas ao **melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala***".

O método utilizado para avaliar se o objeto é divisível, levando em consideração o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação assegure, concomitantemente é o apresentado a seguir:

O parcelamento deverá ser técnica e economicamente viável:

No caso em tela, o parcelamento se mostra técnica e economicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução da obra, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: "Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos.". Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita execução da obra de demolição, fica impraticável o parcelamento da contratação.

O parcelamento não poderá acarretar em perda de escala:

O parcelamento do objeto desta contratação representa perda de economia de escala tendo em vista que os serviços são correlatos e dependentes. Os serviços previstos na execução da totalidade da obra devem ser executados em sequências lógicas, tendo em vista que um influencia no outro. Caso, por exemplo, se contrate a execução das fundações separada da estrutura, a não execução da primeira implicaria na impossibilidade de execução da segunda, gerando, deste modo, grandes prejuízos na execução da obra ou até mesmo a sua impossibilidade. Logo, o parcelamento dos serviços acarretaria em grande perda de escala na execução do objeto.

O parcelamento deverá gerar o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

Os serviços pretendidos fazem parte do mesmo segmento de mercado das empresas especializadas, não implicando em restrição de competitividade.

Ainda nesse pensamento, seguem algumas justificativas para o não parcelamento do objeto (solução), destacando-se:

É legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (Acórdão TCU n 5.301/2013 – 2ª Câmara);

É favorável o agrupamento em lotes com itens de mesmas características, para fins de licitação, como forma de conferir maior competitividade ao certame (Decisão TCU nº 393/1994 – Plenário e Acórdão TCU nº 808/2003 – Plenário);

O elevado número de procedimentos para seleção poderia tornar bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração. Dessa forma, para o caso concreto, a licitação por itens isolados poderia trazer indesejáveis riscos à administração pública, mostrando-se adequado, pois, o agrupamento desses itens em lotes, com elementos de mesma característica. (Acórdão TCU nº 5.310/2013 – Segunda Câmara);

Ainda, o entendimento dos Tribunais de Contas tem sido o de que o parcelamento ou não do objeto da licitação deve ser auferido sempre no caso concreto, perquirindo-se essencialmente acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento e da divisibilidade do objeto, e que "a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto" (Acórdão TCU nº 732/2008);

Segundo Carvalho Carneiro acerca do conceito de viabilidade técnica e econômica, o mesmo informa que "a viabilidade técnica diz respeito à integridade do objeto, não se admitindo o parcelamento quando tal medida implicar na sua desnaturação, onde em risco a satisfação do interesse público em questão".

O Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, no Parecer nº 2086/00, elaborado no Processo nº 194/2000 do TCDF, ensina que: *"Desse modo a regra do parcelamento deve ser coordenada com o requisito que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção. Não se imagina, quando o objeto é fisicamente único, como um automóvel, que o administrador esteja vinculado a parcelar o objeto. Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração Pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico na manutenção da unicidade, da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório. Observa-se que, na aplicação dessa norma, até pela disposição dos requisitos, fisicamente dispostos no seu conteúdo, a avaliação sob o aspecto técnico precede a avaliação sob o aspecto econômico. É a visão jurídica que se harmoniza com a lógica. Se um objeto, divisível, sob o aspecto econômico for mais vantajoso, mas houver inviabilidade técnica em que seja licitado em separado, de nada valerá a avaliação econômica. Imagine-se ainda esse elementar exemplo do automóvel: se por exemplo as peças isoladamente custassem mais barato, mesmo assim, seria recomendável o não parcelamento, pois sob o aspecto técnico é a visão do conjunto que iria definir a garantia do fabricante, o ajuste das partes compondo todo único, orgânico e harmônico. Por esse motivo, deve o bom administrador, primeiramente, avaliar se o objeto é divisível. Em caso afirmativo, o próximo passo será avaliar a conveniência técnica de que seja licitado inteiro ou dividido"*.

Leciona, ainda, o Professor Jacoby que *"a unicidade do objeto pode ser a sistemática mais adequada, pois mão de obra, materiais e equipamentos se licitados no processo tradicional, podem acarretar um possível descompasso entre os processos licitatórios, acarretando a solução de continuidade dos serviços e aumento do custo da gestão de diversos contratos, trazendo prejuízos à Administração e aos usuários"*. Além disso, *"pela modalidade de solução integrada todos os investimentos são custeados pela empresa CONTRATADA, numa espécie de parceria público-privada na qual o investidor abarca o caráter empreendedor para prestar os serviços, liberando os servidores para o exercício das suas atividades fins"*.

Por fim, o ilustre mestre ainda discorre no mesmo Parecer mais algumas vantagens, tais como: a redução dos custos administrativos com várias licitações e dos custos gerenciais de vários contratos, maior possibilidade de negociação de preços com o pacote serviços + equipamentos, com a diminuição do valor estimado da licitação e taxa de administração, a eficiência dos equipamentos; a garantia da padronização dos serviços e o gerenciamento da logística de forma centralizada.

Resumidamente, pelo exposto, **o parcelamento do objeto desta licitação mostra-se inviável tanto na área técnica quanto na econômica.**

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A pretendida contratação coaduna-se com as diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 1735/2010-DG/PDF, atualizado pela Portaria nº 4453/2014-DG/PF, contribuindo para que se atinjam os seguintes pontos:

"8. MACRO OBJETIVOS

8.1. Em relação ao Governo

Ser reconhecida como modelo de gestão perante o Poder Público.

8.2. Em relação à Sociedade

Ser reconhecida como motivo de orgulho e admiração perante a nação.

8.3. Em relação ao público interno

Ser reconhecida pelos servidores como uma das melhores instituições públicas para trabalhar.

9. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

(...)

9.7. Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

9.7.1. Ação Estratégica: Gestão de Obras e Infraestrutura

Ampliar suas instalações e modernizar sua infraestrutura, bem como desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras, aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de controle e fiscalização, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

É nítida a relação entre contrato pleiteado e a política estratégica da Polícia Federal de manter as unidades em perfeitas condições, visando garantir o funcionamento correto e adequado e isso envolve inclusive a manutenção em perfeito estado da identidade visual de suas edificações através da manutenção das pinturas e revestimentos.

O projeto em questão está diretamente alinhado a Ação Estratégica do órgão de Gestão de Projetos assim descrita: “*Implementar a cultura de gestão de projetos, de modo que as tarefas desempenhadas o sejam segundo as melhores práticas de elaboração, execução e gerenciamento de projetos, a fim de agregar valores e melhorias aos processos internos do órgão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.*”

A obra também está prevista no PLANOB 2022 (Código MT-2022-07).

Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Disponibilizar um imóvel próprio para Grupo Especial de Investigações Sensíveis - GISE/MT, imóvel este plenamente adequado a atividade finalística deste setor. Destaca-se que o imóvel ocupado atualmente pelo GISE/MT é locado, sendo somente adaptado para o exercício das atividades deste grupo especial da Polícia Federal.

Desse modo, a retomada da obra e a conclusão da edificação visa proporcionar economia aos cofres públicos, já que a despesa com a locação deixará de existir, bem como irá possibilitar melhores condições de trabalho aos servidores, policiais e administrativos, que trabalham no Grupo Especial de Investigações Sensíveis - GISE/MT.

14. Providências a serem Adotadas

Para a execução do contrato não há necessidade de adequações físicas no imóvel, uma vez que o objeto do contrato é a retomada da execução da obra da nova sede do GISE/MT, edificação esta que encontra-se sem utilização pelos servidores da Polícia Federal, por estar inacabada.

Haverá necessidade de capacitação de servidores para atuarem no acompanhamento e fiscalização da obra:

Caso não haja servidores capacitados e experientes, nas unidades da PF do estado para atuarem na fiscalização da execução dos serviços contratados e nem tempo hábil para capacitar os atuais servidores lotados no GTED/SELOG/SR/PF/MT, haverá necessidade de recrutamento de servidores de outras unidades para exercerem tal mister.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A construção civil é um dos setores que podem causar diversos **impactos ambientais**, que vão desde o consumo de recursos naturais destinados a produção de insumos para o canteiro de obras, passando por mudanças de solo, áreas de sol e vegetação, até os reflexos no aumento no gasto de energia elétrica, por exemplo.

Neste contexto, durante a execução da obra os seguintes impactos ambientais poderão ser gerados:

Geração de resíduos:

Por se tratar de uma obra de construção civil, onde serão empregados diversos tipos de materiais e com construção onde há métodos manuais (ação humana), existe a Geração de Resíduos da Construção Civil.

A norma NBR 10.004, divide os resíduos em duas classes:

- Classe I – resíduos perigosos;
- Classe II - resíduos não perigosos.

Como forma de amenizar os impactos ambientais, é primordial a elaboração e implantação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, em que haverá a destinação correta de cada tipo de resíduo gerado na obra.

Ruídos (poluição sonora):

Impactos sonoros podem ser nitidamente percebidos durante as obras.

É importante observar o **Plano Diretor** da cidade, visando entender as limitações de cada tipo de construção e seus impactos ambientais locais.

Aumento do consumo de energia

Durante a execução da obra poderá haver um consumo alto de energia com a utilização de equipamentos necessários a execução.

A utilização de equipamentos modernos e com alta eficiência podem amenizar este problema, além de uma gestão adequada da utilização de equipamentos elétricos no canteiro de obras.

Desperdício de água

Antes mesmo das obras ficarem prontas, é comum que haja um grande uso de água para diversos serviços, como a limpeza do canteiro, que comumente tem muita poeira e sujeira, e até para o cuidado com a saúde dos trabalhadores.

Mudanças em depósitos hídricos naturais

Devido a localização da obra onde existe a ocorrência de pedra a poucos metros da superfície, a obra pode afetar os lençóis aquáticos ou até a impermeabilização do solo. É importante que o projeto preveja soluções de modo a não impermeabilizar o solo, nem causar grandes mudanças no lençol freático local.

Poluição do solo

Por se tratar de obra de engenharia onde existe o depósito temporário de materiais, pode ocorrer a poluição do solo caso os mesmos sejam armazenados de forma inadequada. É importante existir um plano de armazenamento de materiais na obra durante toda a sua execução como forma de amenizar ou anular este impacto ambiental.

À Contratada será imposto, onde se mostrar necessário, mediante cláusula de obrigações a constar no Projeto Básico:

Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- florestas plantadas; e
- outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

Apresentar cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

Apresentar documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;
- resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

- Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 40/2020, Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação.

Os benefícios pretendidos são adequados e os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade.

Por todo o exposto, a contratação do evento não é apenas viável, mas imprescindível para um bom resultado e desempenho de uma nova edificação, que trará, além da economia na execução, com as melhores técnicas do mercado, uma adequada manutenção da saúde e bem estar dos servidores e usuários dos serviços públicos, a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades, no combate aos crimes e auxiliando a população nos serviços oferecidos, fazendo-se sempre uso da dinâmica de melhor atendimento e utilização dos recursos públicos

Assim, declaramos que a contratação é plenamente viável, pois atende a todos os requisitos técnicos e legais.

17. Responsáveis

LUIZ AUGUSTO FERREIRA DA SILVA

APF / Resp. pelo GTED/SELOG/SR/PF/MT